



IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã

Jornalismo, História e Cidadania Política no Brasil (1964-2012) ¹

Alice Mitika Koshiyama²

RESUMO

Na América Latina, nos anos sessenta e setenta do século passado, vivemos a conjuntura da guerra fria, pelo investimento dos Estados Unidos na preservação dos interesses do capitalismo em um combate sem tréguas às tentativas de modelos alternativos de estado no Continente, em prejuízo aos direitos de cidadania assumidos em estados democráticos de direito. Examinamos o processo da ditadura brasileira e o jornalismo na conjuntura de 1964-2012, com destaque para a questão do autoritarismo e da democracia e os modos de atuar da ditadura no Brasil.

Palavras-chave:

Cidadania e história; história do jornalismo; jornalistas e ditadura; Brasil 1964-2012.

Uma ditadura civil e militar

Consideramos a ditadura enquanto processo histórico militar e civil que se desmobiliza a partir da anistia de 1979 e possibilita a reorganização do estado democrático de direito no país. Mas as memórias desse período ainda estão sendo reveladas e a história é um processo em construção.

No confronto ideológico manifestado na imprensa em quase unanimidade pregou-se a derrubada o governo constitucional em 1964 e marcou a opção pelas relações com o capitalismo internacional no cenário econômico. Ao lado dos Estados Unidos o país participava da guerra fria e a vigência sob um sistema de censura que interferia em todos os setores da vida nacional. Em dezembro de 1968, temos o golpe dentro do golpe que culmina no confronto da luta armada, que

¹ Trabalho apresentado na modalidade Artigo Científico na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Docente e orientadora do PPGCOM/ECA/USP da linha de pesquisa Informação e mediações na práticas sociais” e coordenadora do Grupo de Pesquisa “Jornalismo e a Construção da Cidadania” (CNPq)
Email_ alicemitika@yahoo.com ou alicemit@usp.br

alijou a imprensa do embate político ao impor a censura prévia aos veículos que não se submeteram a fazer a auto-censura. O governo do general Médici com prosperidade conjuntural na economia decorreu sob rígida censura e repressão e os embates da luta armada. O general Geisel, na presidência seguinte, sente a pressão eleitoral com as vitórias do MDB –partido único de oposição autorizado. E busca o apoio de parte da imprensa que acolhe a proposta de distensão do Governo Geisel que controlou o Congresso e baixou as regras draconianas do pacote de abril de 1977. A anistia política de 1979 marca a volta dos líderes civis ao cenário político.

À luz dos estudos históricos, a ditadura no Brasil marca a supressão do estado democrático de direito no plano histórico, político, jurídico e social. Essa noção da ditadura como um conceito excludente da cidadania permite compreender e avaliar o passado como história

Uma imprensa complacente?

A ação da imprensa no período mereceu várias pesquisas que demonstram a necessidade de múltiplos olhares sobre o tema. Para tomar e manter o poder político, o regime militar contou com a complacência de parte da imprensa que adotou como procedimento padrão a auto-censura, conforme constaram pesquisadores sobre jornalismo no período Bernardo Kucinski (2003) e Maurício Maia de Souza (1999).

Maia verificou que alguns editores tomavam posições mais restritivas do que os censores do Governo militar e cita trabalhos de Henfil recusados para publicação no Jornal do Brasil sob a alegação de serem censuráveis, e vê-los posteriormente publicados em O Pasquim sem nenhum obstáculo posto pela censura oficial do regime (SOUZA, 1999, v. 1). O evento pode servir também para uma constatação de como a autocensura pode ser danosa para o exercício do jornalismo. É possível também refletir sobre o efeito de um texto sobre seus leitores, a relação dele com a conjuntura histórica a qual se refere, o momento da circulação e da atualidade do trabalho.

A autocensura como estratégia política imposta aos jornalistas de uma publicação tinha diferentes formas de recepção e uso. O jornalista Cláudio Abramo, viveu essa condição na Folha de S. Paulo, cuja empresa decidiu acatar as ordens do governo militar. Ele afirma em entrevista ao pesquisador Paolo Marconi (1980) a sua frustração com aquele momento. E aos hábitos construídos naquele período Abramo atribui deformações adquiridas pelos profissionais, como o

receio de afirmar verdades evidentes se não houver uma fonte para assumir a paternidade da informação.

Com a autocensura o jornalismo abdicava do seu poder de decidir sobre o que e como publicar e obedecia às diretivas do regime militar sobre o que podia ou não ser objeto de publicação. Dessa forma, não se noticiavam atos arbitrários do regime militar, omitindo-os sob a alegação do medo de represálias.

Jornalistas a favor da ditadura brasileira

Alguns jornalistas concordavam com as propostas e as ações do regime militar, tinham afinidades ideológicas com a imposição da censura política e eram os que faziam uma imprensa a favor da repressão militar. Eles integravam o grupo da elite civil que sustentou a repressão armada..

A pesquisadora Beatriz Kushnir tem o cuidado de esclarecer que fala de pessoas específicas integrantes da categoria jornalistas, e desvenda, em sua tese de doutorado, a ação da Folha da Tarde, veículo do grupo empresa Folha da Manhã, que também publicava a Folha de S. Paulo. O jornal Folha da Tarde entre 1969 e 1980, foi porta-voz da repressão política (cf.: KUSHNIR, B., 2004)

Pessoalmente, pudemos ler, na época da morte de V. Herzog, na Folha da Tarde, textos que comprovavam a total conivência do órgão com a polícia política. Fichas policiais dos detidos no DOI-CODI -- com fotos, nomes, codinomes e atividades vinculadas com organizações políticas clandestinas -- apareceram publicadas como textos informativos. Tratava-se de uma estratégia de legitimação jornalística a atos de repressão do regime militar que havia prendido e torturado pessoas mencionadas nas páginas deste jornal. Comprova-se a sua colaboração com a polícia política, neste e em outros momentos da luta política nos anos setenta.

A empresa Folha da Manhã, proprietária do órgão, até hoje não assume publicamente a participação dela nesse projeto. Kushnir relata os seus esforços – nunca atendidos -- para entrevistar Octávio Frias de Oliveira, que juntamente com Carlos Caldeira tinha a propriedade do veículo no período.

Ao relatar o caso, a pesquisadora frisa, em vários momentos, que os jornalistas que ostensivamente tinham afinidades com a censura e a polícia política eram minoria, embora fossem muito atuantes como no caso Folha da Tarde.

O valor relativo da democracia

As pesquisas sobre imprensa alternativa no Brasil registram reações pontuais, algumas brilhantes e contundentes no jornalismo, às arbitrariedades do regime militar. Mas esses atos não significavam necessariamente uma política e estratégia de comunicação de defesa da democracia como um valor universal. Conforme lembra Bernardo Kucinski, os revolucionários não buscavam democracia, mas revolução socialista (KUCINSKI, 2003). E Carlos Nelson Coutinho (1992) confirma não ter sido a democracia um projeto político dos partidos da esquerda radical na oposição ao regime militar.

Por outro lado, entre os liberais que criticavam a imposição da censura política, a democracia era desejável como bem absoluto apenas para uso próprio. É o caso da família Mesquita, participante da conspiração que resultou no Golpe de 64 (DREIFUSS, 1981) um movimento cujo primeiro ato foi cassar direitos políticos das mais eminentes figuras do regime político anterior. A imprensa de propaganda política por eles praticada no processo que resultou no golpe de 1964 é uma evidência de que tinham a democracia como valor relativo.

Quando os proprietários do grupo Estado se opuseram às interferências do poder militar no trabalho dos seus jornais, que sofreram censura prévia por um período, agiam como integrantes do sistema implantado em 1964 no campo específico do jornalismo. Os jornais da família Mesquita tornam-se veículos confiáveis para o presidente Geisel implementar o projeto de abertura “lenta, gradual e segura”, e em janeiro de 1975 deixam de ter censura prévia. Esta continuava existindo para a revista VEJA e para jornais como Tribuna da Imprensa, Movimento, O São Paulo -- jornal da Arquidiocese de São Paulo.

Jornalistas profissionais que atuavam nos jornais da família Mesquita mostravam-se cautelosos no trabalho, pois a repressão militar continuava e permanecia a vigência do Ato Institucional no. 5. As mobilizações sociais estavam em curso, mas a repressão política continuava em ação. Nas universidades movimentos de estudantes buscavam retornar à participação na política, mas o ensino sofria as conseqüências da censura, inclusive no de jornalismo. Jornais-laboratório inexistiam ou eram precariamente editados, conforme denunciavam universitários da USP, na reunião da SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), em agosto de 1975.

A repressão do governo militar continuava feroz, de tal forma que em outubro de 1975, morre torturado, no DOI-CODI, Vladimir Herzog, então diretor de telejornalismo da TV Cultura, que lecionava Telejornalismo na ECA-USP e estava em fase de contratação para ser professor. O acontecimento estimula uma conjuntura de protesto, mobilização política nacional contra a ditadura e reorganização política dos estudantes da USP, que formam o DCE Alexandre Vannuchi Leme, em memória do aluno de Geologia da USP, também morto sob tortura. As coberturas dos jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde sobre o caso Herzog foram as mais detalhadas e exatas do ponto de vista do jornalismo (PEROSA, 2001). E deram um apoio ostensivo à posição Presidente Ernesto Geisel e ao seu projeto de distensão política, identificando os atos do DOI-CODI de São Paulo com o grupo do Ministro do Exército, Sylvio Frota.

Três meses depois, o repórter Ricardo Kotscho investigou a morte sob tortura do operário Manoel Fiel Filho, ofereceu os dados da matéria para colegas de outras redações que não a acharam publicável. O jornal *O Estado de S. Paulo* a divulgou, mas exigiu a assinatura do jornalista no texto que assim ficou marcado pela repressão (KOTSCHO, 2006). Sua reportagem divulgou mais um ato de violência da repressão política que simbolizava também um ostensivo desafio à orientação política do presidente da República. No dia seguinte, o general Geisel demitiu o então comandante do II Exército, Ednardo Davila Melo, pela ocorrência. Cumpriu o que prometera, quando disse ao governador Paulo Egidio Martins e os jornais da família Mesquita relataram, que não admitiria um segundo caso semelhante ao que resultou na morte do jornalista Herzog no DOI-CODI.

A complacência, de parte dos brasileiros, com atos de violência explica a dificuldade para implementar um processo de construção e defesa dos direitos da cidadania no período pós-abertura com o final dos atos institucionais da ditadura. E o conhecimento que hoje temos do passado recente não se mostra suficiente para que todos defendam o papel do jornalismo para construção de um estado democrático pleno. Este projeto político exige o pré-requisito de que a população seja bem informada de seus direitos, sendo o direito à informação o primeiro deles. Victor Gentili, leitor de Salvatore Vecca, defende a construção de uma democracia de massas, e neste projeto de sociedade ao jornalismo compete informar a todos os cidadãos sobre os seus direitos civis, políticos e sociais e acompanhar o cumprimento dessas prerrogativas (GENTILLI, 2005). Observamos que na sociedade de classes brasileira, cidadania e democracia são valores abstratos, difíceis de serem praticados quando contrariam interesses específicos de pessoas ou

grupos da sociedade. Por isso a relação jornalismo-cidadania-democracia ainda significa uma tensão permanente, em cada momento da história concreta.

Memórias para construir a história

Muitos brasileiros ainda hoje afirmam que o autoritarismo nos anos da ditadura significava apenas enfrentar o poder dos militares. Na verdade o que foi mesmo a ditadura no terreno da divulgação de informações? Quem controlava as informações primárias na ditadura? Onde estavam os autoritários de plantão da sociedade civil? Como foram afetados os sistemas de informações que norteavam nossas vidas?

Corroborando observações a respeito da relação repressão-resistência às arbitrariedades, verificamos que muitos dos que foram profundamente afetados pela ditadura não falaram sobre o que acontecia com eles. A ditadura trouxe medo que resultava em diversos comportamentos danosos a formação das pessoas para viver em liberdade: havia os que concordavam com as arbitrariedades, outros fingiam concordar e se omitiam, existiam discordantes que não ousavam manifestar suas idéias recalcadas como sentimentos de revolta ou de impotência, havia os que buscavam reduzir os prejuízos eventuais para suas atividades profissionais negociando com os agentes do regime (censores, policiais, agentes e autoridades que vestiam a camisa dos vigilantes do regime militar).

E alguns aceitaram o discurso de que o regime militar brigava com minorias que haviam pegado em armas e decidiram que suas vidas transcorreriam em um mundo distante desse embate. Armando Nogueira, jornalista da TV Globo e diretor de primeiro telejornal em rede nacional, o Jornal Nacional, lembrou emocionado que em 1969 o programa foi inaugurado já com a presença da censura sobre as pautas jornalísticas. Paolo Marconi registra uma fala do presidente general Médici, citando os telejornais brasileiros, de que o Brasil era um lugar tranquilo se comparado com outros agitados centros mundiais nos Estados Unidos e países da Europa (MARCONI, 1980).

Com a extinção do AI-5 (1979), predominou o discurso dos danos da ditadura. Houve indenizações aos que entraram na justiça para marcar suas condições de vítimas dos atos dos agentes da ditadura. A cobertura da imprensa personalizou as vítimas da ditadura, individualizando-as, e dificultou a percepção do significado do que foi a ditadura enquanto um sistema de poder e não se elaborou a idéia do quanto ela trouxe prejuízos para a vida de todos os que nela viveram. Prejuízos registrados nas relações profissionais, na expressão de nossas idéias,

na limitação de laços de amizade e solidariedade, nas impossibilidades de viver e constituir organizações políticas, partidárias e religiosas e culturais.

A vida quotidiana dos brasileiros, a partir do golpe de 1964 podia sempre virar um caso de polícia com atos de denúncias, de censuras e perseguições montadas pelos adeptos da nova ordem política. Houve inúmeros atos de vingança e de mesquinhas praticados nesse processo, que o humorista e crítico da sociedade Sérgio Porto, de pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, registrava no jornal Última Hora, textos que logo reuniu em livros publicados com o título de FEBEAPÁ (Festival de Besteiras que Assola o País), que teve os números 1, 2 e 3..

Conforme notamos, jornalistas estiveram em todas as categorias de brasileiros, desde os apoiadores ativos do regime militar até os que foram implacavelmente reprimidos por ele, passando pelos complacentes e pelos que se opunham aos atos do regime mas dialogavam para tentar reduzir prejuízos profissionais e políticos.

E constatamos que não bastava o destemor para trabalhar bem. Era necessário ter competência para ser um jornalista na ditadura: ter uma série de habilidades técnicas, princípios éticos e capacidade para analisar a conjuntura histórica para saber o que fazer. Ao ler as histórias das experiências de jornalistas como José Hamilton Ribeiro, Ricardo Kotscho, Luís Cláudio Cunha, Raimundo Rodrigues Pereira, Aloísio Biondi, Antonio Callado, percebemos que vários atos profissionais deles não puderam ser planejados e escolhidos. Porém, percebemos nesses profissionais o cuidado de se afastarem daquilo que não cabia em suas opções profissionais, éticas e políticas.

Verificamos que Luís Cláudio Cunha, ao receber seu título de doutor honoris causa pela UNB -- Universidade de Brasília, lembrou alguns pontos essenciais do que é fazer jornalismo.

O jornalismo é a atividade humana que depende essencialmente da pergunta, não da resposta. O bom jornalismo se faz e se constrói com boas perguntas. O jornalismo de excelência se faz com excelentes perguntas.

A pergunta desafia, provoca, instiga, ilumina a inteligência, alimenta o pensamento. Ao longo de milênios, o homem evoluiu seguindo a linha tortuosa de suas dúvidas, das perguntas que produziam respostas, das respostas insatisfatórias que geravam novas questões, que provocavam mais incertezas, mais perguntas.

Perguntando, o homem saiu da caverna, cresceu, evoluiu e se definiu como ser pensante. O homem se agrupou em tribos, criou hábitos, estabeleceu regras de convívio, preservou a espécie, expandiu habilidades, depurou a fala, criou a escrita, disseminou experiências, inventou ferramentas, desenvolveu recursos, ganhou qualidade de vida, garantiu o alimento para o corpo e para o espírito. Um processo civilizatório irrefreável sempre escoltado por perguntas, outras perguntas, mais perguntas. (CUNHA, 2011, p. 1)

E definiu uma pauta para que o Brasil possa ser um estado democrático de direito, em que se respeitem os direitos de cidadania, a começar pelos direitos humanos. E sobre a nossa história recente, ele, Luís Cláudio Cunha descreve o passado recente em uma síntese estatística:

O Brasil da ditadura era um país assustado, acuado, abafado, apequenado.

A prepotência não permitia perguntas para números sem resposta: 500 mil cidadãos investigados pelos órgãos de segurança; 200 mil detidos por suspeita de subversão; 50 mil presos só entre março e agosto de 1964; 11 mil acusados nos inquéritos das Auditorias Militares, 5 mil deles condenados, 1.792 dos quais por 'crimes políticos' catalogados na Lei de Segurança Nacional; 10 mil torturados apenas na sede paulista do DOI-CODI; 6 mil apelações ao Superior Tribunal Militar (STM), que teve as condenações em 2 mil casos; 10 mil brasileiros exilados ; 4.862 mandatos cassados, com suspensão dos direitos políticos, de presidentes a governadores, de senadores a deputados federais estaduais, de prefeitos a vereadores; 1.148 funcionários públicos aposentados ou demitidos; 1.312 militares reformados; 1.202 sindicatos sob intervenção; 245 estudantes expulsos das universidades pelo Decreto 477 que proíbe associação e manifestação; 128 brasileiros e 2 estrangeiros banidos; 4 condenados à morte (sentenças depois comutadas para prisão perpétua); 707 processos políticos instaurados na Justiça Militar; 49 juízes expurgados; 3 ministros do Supremo afastados, o Congresso Nacional fechado por três vezes; 7 Assembleias estaduais postas em recesso; censura prévia à imprensa e às artes; 400 mortos pela repressão; 144 deles desaparecidos até hoje.

Conto e lembro porque isso precisa sempre ser recontado e lembrado, para que ninguém duvide que a ditadura não foi branda, nem breve. Todos e cada um desta longa contabilidade de violência encerravam um universo de dor, de que amesquinha um país e um povo. (CUNHA, 2011, 6).

Realmente a violência das ditaduras tem o objetivo de calar e derrubar os opositores, trata-se de uma relação dialética imprensa e sociedade.

Cidadania, história e jornalismo

Partimos do princípio de que são as contingências históricas que possibilitam aos jornalistas de um periódico elaborar e executar sua política de comunicação. Ao mesmo tempo, reconhecemos no jornalismo uma variável interveniente no processo histórico em uma sociedade, que o coloca em situação de aceitação, oposição ou apoio a um regime político.

Afirma Jean Lacouture no seu texto em que aborda a história imediata (in.: LE GOFF, pp. 216-240), há mútuas intervenções que provocam alterações nos dois pólos da relação imprensa e sociedade.

Mas é Nelson Werneck Sodré, na introdução ao livro *A História da Imprensa no Brasil* (pp. 1-8) quem destaca as relações dialéticas entre imprensa e sociedade, ou seja, são relações

interdependentes de duas variáveis intervenientes com mútuas influências e que resultam em novas realidades.

O que nos permite pensar na prática do jornalismo como decorrente de uma percepção dos jornalistas sobre seu campo de atividade em um determinado momento da vida de um país. E uma vez modificadas as condições históricas, os periódicos ou simplesmente desaparecem e ou se modificam para interagir com o novo momento da sociedade.

Cabe lembrar que vemos o procedimento dos jornalistas nos seus trabalhos, como agentes políticos e cidadãos, e nessas condições são pessoas que tem a prerrogativa de avaliar os riscos e as vantagens do que fazem para seus interesses e suas crenças éticas e políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

livros:

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República (1960-1967)**, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, volumes 4.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?**; trad. Lúcia Alverga, rev. técnica de M. Y. Linhares, 3ª. ed. (1982), 7ª. reimpressão, Rio, Paz e Terra, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª. Ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

COSTELLA, Antonio Fernando. **O controle da informação no Brasil**, Rio, Petrópolis: Vozes, 1970.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo: questões de principio & contexto brasileiro**. São Paulo, SP. , Cortez Editora : Editora Autores Associados, 1992.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GENTILLI, Victor Israel. **Democracia de Massas: jornalismo e cidadania**. 1. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

KOTSCHO, Ricardo. **Uma Vida de Repórter do Golpe ao Planalto**, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos Tempos da Imprensa Alternativa**, 2ª. Ed., São Paulo: EDUSP, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. 2ª ed., trad. Eduardo Brandão, SP: Martins Fontes, 1993. pp.216-240.

MARCONI, Paolo. **A Censura Política na Imprensa Brasileira: 1968-1978**. 2ª. Ed. revista, São Paulo: Global, 1980.

PEROSA, Lilian M. F. Lima. **Cidadania Proibida: O caso Herzog através da imprensa**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.

SOUZA, Maurício Maia de. **Henfil e a censura: o papel dos jornalistas através da História Oral**. São Paulo, ECA/USP, 1999. 2 v. (dissertação de mestrado).

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**, 3ª edição, Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1983.

STEPAN, Alfred C. **Os Militares na Política**. Trad. Ítalo Tronca, Rio de Janeiro, Artenova, 1975

Internet

CUNHA, Luiz Cláudio. “Todos temos que lembrar”,
Discurso proferido na cerimônia de diplomação de notório saber, agraciado com o título de doutor honoris causa pela UNB (Universidade de Brasília), em 9 de maio de 2011, pp. 1-18.
Texto disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/todos-temos-que-lembrar>, último acesso em 02/03/2012.